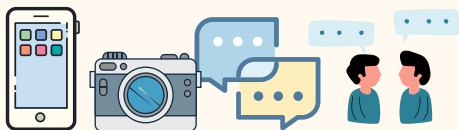


## FUI IMPORTUNADA SEXUALMENTE. O QUE POSSO FAZER?

Você pode **registrar a ocorrência em uma delegacia** (preferencialmente uma delegacia especializada, como as DPCAMI), ocasião em que relatará detalhadamente o que aconteceu. **É importante apresentar o máximo de provas que conseguir coletar** (fotos, vídeos, testemunhas).



Caso tenha havido agressão física, você será submetida a exame de corpo de delito para identificar eventuais marcas, a fim de produzir provas. **O boletim de ocorrência dará origem a uma investigação policial e pode gerar a responsabilização criminal do agressor.**

De imediato, você também pode recorrer à Polícia Militar ou à segurança do local (caso esteja em um ambiente privado, como festas e eventos, ou no transporte público).

Para a responsabilização do agressor, é muito importante que você o identifique, anotando suas características físicas, roupas e outros detalhes que ajudem a identificá-lo.

Caso se sinta intimidada no momento da denúncia, busque a companhia e o apoio de pessoas de sua confiança. **Cerque-se de amigos/os e familiares!**

Você também pode procurar a Defensoria Pública para receber orientações a respeito dos seus direitos, bem como telefonar para o Disque 180, a central nacional de atendimento à mulher.

## NÃO SE CALE!

A denúncia é um passo importante na desconstrução de uma cultura machista e patriarcal e na deslegitimação de todas as formas de violência contra as mulheres. Caso esteja em segurança e se sinta confortável, não se cale!

**Ainda que você não deseje envolver os sistemas de Justiça e de Segurança Pública, é importante procurar algum tipo de ajuda, inclusive psicológica, caso haja necessidade.**

Busque uma rede de apoio, converse com outras mulheres.



**ROMPER O SILÊNCIO É UM ATO DE AFIRMAÇÃO DO DIREITO DAS MULHERES DE CONTROLAR SEUS CORPOS, SUAS VIDAS E SUA SEXUALIDADE.**

## ROMPENDO O SILÊNCIO: FUI VÍTIMA DE ESTUPRO. O QUE FAÇO?



Existem **cuidados de saúde** muito importantes que devem ser tomados em **até 72 horas após a violência**, como a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (hepatite B, HIV, sífilis, gonorreia, clamídia) e de uma gravidez indesejada, mediante o uso de contraceptivos de emergência. Por isso, **a primeira coisa a se fazer é buscar atendimento no serviço de saúde.**

## LEI DO MINUTO SEGUINTE

A Lei n. 12.845/13 garante às pessoas em situação de violência sexual **o atendimento imediato em todos os hospitais integrantes do SUS**, para diagnóstico e tratamento de lesões decorrentes da violência.



O atendimento inclui: amparo médico, psicológico e social; facilitação do registro da ocorrência e encaminhamento ao órgão de medicina legal e às delegacias especializadas com informações que possam ser úteis à identificação do agressor e à comprovação da violência sexual; coleta de material para realização do exame de HIV, para posterior acompanhamento e terapia; e, ainda, o fornecimento de informações sobre seus direitos e os serviços sanitários disponíveis.

 **Defensoria Pública**  
SANTA CATARINA

 **LIGUE 180**  
Central de Atendimento à Mulher

PARA RECEBER ATENDIMENTO, A MULHER NÃO PRECISA APRESENTAR OCORRÊNCIA NA DELEGACIA, A SUA PALAVRA É SUFICIENTE!

## ATENÇÃO!

Mesmo que a violência tenha ocorrido há mais de 72 horas, não deixe de procurar o serviço de saúde! Esse atendimento é fundamental para que você possa obter informações e orientações relevantes.

O registro da ocorrência (Boletim de Ocorrência) na Delegacia de Polícia é importante para que o crime seja investigado e o agressor, responsabilizado criminalmente. A partir do boletim de ocorrência, ela será encaminhada para a realização de **exame de corpo de delito**, que comprova a existência de violência e quais as lesões decorrentes dela.



## MEU ATENDIMENTO FOI NEGADO! E AGORA?

Se seu atendimento for negado, a mulher pode procurar a **Defensoria Pública**, o **Ministério Público**, **advogada/os** ou **organizações de defesa dos direitos das mulheres**, o quanto antes, para exercer seu direito à interrupção da gestação. Lembre-se que é fundamental agir rapidamente, pois o avanço da gestação pode dificultar as possibilidades de sua interrupção.

Caso seu desejo seja manter a gestação, a mulher deve receber orientações sobre os cuidados de saúde indispensáveis ao período pré-natal e sobre a possibilidade de entrega da criança para adoção (entrega protegida). O importante é que ela receba todas as informações necessárias sobre os seus direitos e sobre as alternativas de que dispõe, para decidir de forma livre e informada.

## CONTATOS IMPORTANTES

Informações sobre os Núcleos da **Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina** e atendimento on-line: [defensoria.sc.def.br](http://defensoria.sc.def.br)

Informações sobre os **Juizados e Varas Especializadas**: [tjsc.jus.br](http://tjsc.jus.br)

Informações sobre as **Promotorias de Justiça**: [mpsc.mp.br](http://mpsc.mp.br)

Informações sobre os **Centros de Referência de Assistência Social (CRAS e CREAS)**: [sds.sc.gov.br](http://sds.sc.gov.br) e [santacatarinaporelas.sc.gov.br/ajuda/quero-ajuda](http://santacatarinaporelas.sc.gov.br/ajuda/quero-ajuda)

Informações sobre os **Conselhos Municipais de Direitos das Mulheres**: [cedimsc.wordpress.com](http://cedimsc.wordpress.com)

**Delegacia de Polícia Virtual**: [delegaciavirtual.sc.gov.br](http://delegaciavirtual.sc.gov.br)

Informações sobre as **Delegacias Especializadas**: [santacatarinaporelas.sc.gov.br/ajuda/quero-ajuda](http://santacatarinaporelas.sc.gov.br/ajuda/quero-ajuda)

**Disque 180** – Central de Atendimento à Mulher

**Disque 190** – Polícia Militar

**Disque 181** – Denúncia para a Polícia Civil

**Disque 100** – Disque Direitos Humanos

**NEAVIT** – Núcleo Especial de Atendimento a Vítimas de Crimes  
E-mail: [neavit@mpsc.mp.br](mailto:neavit@mpsc.mp.br)

Whatsapp: (48) 99105 8943 / (48) 99100-0050 / (48) 99134-3495



Cartilha de Direitos

## Violência sexual O QUE FAZER?

## E SE A MULHER ENGRAVIDAR EM DECORRÊNCIA DA VIOLÊNCIA SEXUAL? QUAIS SÃO SEUS DIREITOS?

A mulher que engravida em decorrência de estupro tem o **direito de interromper a gestação, caso assim deseje**. Os hospitais devem oferecer às vítimas atendimento emergencial, integral e multidisciplinar, além de encaminhar a gestante que manifesta (por si ou por seu representante legal) seu desejo de interromper a gestação a serviços de referência.

## ATENÇÃO!

A **INTERRUPÇÃO DA GESTAÇÃO DECORRENTE DE VIOLÊNCIA SEXUAL NÃO DEPENDE DA APRESENTAÇÃO DE BOLETIM DE OCORRÊNCIA OU DE AUTORIZAÇÃO JUDICIAL.**

